

INCRA: colonos não são turistas

O Estado SP 1-9-71

Da Sucursal do Rio

"A colonização da Amazônia, definitivamente, não é uma viagem de turismo: é uma epopéia e um desafio à nossa geração", salientou ontem, no Rio, o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, José de Moura Cavalcanti. Acrescentou que o governo, consciente das dificuldades que enfrentariam os colonos na região, havia previsto um índice de desistência de 20%. Tal índice, entretanto, ainda não chegou a 5%.

Salientou ainda que o INCRA cometeu alguns erros na Amazônia e cometerá outros, porque, a cada momento, "são feitas extraordinárias descobertas na região". Sobre a colonização, disse que "houve clima emocional na primeira fase da seleção", e que parece comprovado que os colonos, quando vão logo com a família, têm mais condições de resistir à solidão, à angústia e aos problemas da selva.

"Na Amazônia — disse — o homem encontra um mundo novo, uma oportunidade que nunca teve de possuir um pedaço de terra e um teto, trabalhando para si próprio e para a comunidade; mas, enquanto não torna este mundo realidade, ele encontra a angústia, a solidão, enfim, o esmagamento da selva. Assim, é natural e, por isso mesmo, esperado, que muitos desistam e voltem às suas terras de origem".

As condições

Em entrevista à imprensa, José de Moura Cavalcanti explicou que o INCRA oferece aos colonos passagens e um salário mínimo da região durante os seis primeiros meses. Dá ainda assistência médica, agrícola e material para a construção de sua casa (madeira e ferramentas), na agrovila escolhida ao longo da Transamazônica. Além disso, o colono recebe uma faixa de terreno de 100 hectares, distante cerca de dois quilômetros da agrovila.

Terminado o prazo de seis meses, considerado de adaptação, o colono recebe o título definitivo de suas terras e o INCRA providencia o transporte de sua família. Na escritura, ele se compromete a manter o florestamento em 50% de sua área, a plantar, no mínimo, cinco hectares de borracha e outros 5 de cacau, e a ocupar progressivamente a área restante com lavoura de subsistência, pastos ou criação avícola ou de suínos. Terá três anos para pagar o financiamento da lavoura, que obterá do Banco do Brasil, e 20 anos para resgatar o terreno.

O preço

Segundo o presidente do INCRA, há, ainda, um outro preço a ser pago pelo colono: ele terá que participar da derrubada da mata, da construção de sua casa e de todo o trabalho em sua terra.

José de Moura Cavalcanti

frisou que somente assim, o colono criará, de fato, espírito comunitário. Acrescentou: "Se ficasse eternamente recebendo proteção, sem pagá-la, a colonização se transformaria em paternalismo de Estado que poria todo o trabalho a perder".

Dissé também que todos os colonos assinam um contrato de permanência de seis meses, mas, se manifestam desejo de voltar, o INCRA providencia imediatamente o seu retorno. Do total de cerca de três mil pessoas oficialmente levadas à Amazônia, 160 até agora retornaram.

Os erros

Referindo-se aos erros da programação oficial, motivada por inúmeros imprevistos, citou o caso dos colonos que chegam à Amazônia, sem ser por intermédio do INCRA, atraídos pelas possibilidades de progresso da região. "Existem mesmo — salientou — mais

colonos viajando por sua conta e risco do que os oficialmente programados e, assim, todo o planejamento tem que ser revisto a cada momento".

Depois de afirmar que não se podia deixar os que vão por conta própria "oficialmente desamparados", acrescentou: "Para se ter uma idéia dos problemas que surgem, basta dizer que já fomos obrigados a mandar carne de sol de avião, do Piauí, para que todos tivessem o que comer".

O sentido

O presidente do INCRA advertiu, entretanto, que o atual projeto de colonização não será um fracasso como o foi o da chamada "guerra da borracha". Naquela época, disse, os nordestinos eram levados à Amazônia por aventureiros que queriam beneficiar-se da grande procura de borracha gerada pela Segunda Guerra Mundial. Hoje, acrescentou, não apenas os colonos contam com o apoio do governo como as motivações são diferentes: "o que se procura é construir uma grande nação, criando, na região, novo pólo de progresso".

Sobre os colonos, disse ainda que muitos desistiram de trabalhar na terra e se empregaram em firmas construtoras ou de desmatamento, como em Altamira, onde um trabalhador braçal está ganhando de 300 a 400 cruzeiros mensais.

Esses homens, acrescentou, ganhavam dois cruzeiros por dia, abrindo estradas no Nordeste.